

SOCIOLOGIA ON LINE

Editorial

2025, n.º 40 [Número Especial], e20254010, pp. 1-8

<https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2025.40.10>

Normas de submissão para Números Especiais:

<https://revista.aps.pt/pt/normas-numeros-especiais/>



<https://revista.aps.pt/pt/inicio/>

## CONHECIMENTO DA/NA EDUCAÇÃO? (Des)encontros entre investigação, política e prática

## KNOWLEDGE OF/ IN EDUCATION? (Mis)encounters between research, policy, and practice

*Susana Batista*

FUNÇÕES: Conceptualização, Redação do rascunho original, Redação - revisão e edição

AFILIAÇÃO: NOVA FCSH, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal

E-mail: [susanabatista@fcsn.unl.pt](mailto:susanabatista@fcsn.unl.pt) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2545-4538>

*Lia Pappámikail*

FUNÇÕES: Redação do rascunho original, Redação - revisão e edição

AFILIAÇÃO: Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém, Life Quality Research Center - CIEQV. Complexo Andaluz, Apartado 279, 2001-964 Santarém, Portugal

E-mail: [lia.Pappamikai@ese.ipsantarem.pt](mailto:lia.Pappamikai@ese.ipsantarem.pt) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1306-1059>

*Eva Gonçalves*

FUNÇÕES: Redação - revisão e edição

AFILIAÇÃO: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação (UIDEF). Alameda da Universidade, 1649-013 Lisboa, Portugal

E-mail: [eva.goncalves@ie.ulisboa.pt](mailto:eva.goncalves@ie.ulisboa.pt) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4915-4310>

O Número Especial da *SOCIOLOGIA ON LINE* que aqui se apresenta surge na sequência de um Seminário *online* organizado pela Secção Temática de Sociologia da Educação da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) em janeiro de 2024. O evento contou com uma mesa-redonda com vários sociólogos a atuar em contextos educativos e com comentários de profissionais da academia. Posteriormente disponibilizado no Youtube da APS (2024), este evento tem sido mobilizado no ensino sobre as práticas profissionais dos sociólogos e consistiu numa oportunidade de retomar iniciativas anteriores, entre as quais os encontros *Sociologia e Intervenção Local* (2017) e *A Sociologia dentro e fora da Academia* (2022), ou o livro sobre *Quem são e o que fazem os sociólogos em Portugal* (Ramos et al., 2018).

Partindo das reflexões suscitadas por esse seminário, este Número Especial propõe-se problematizar os (des)encontros entre investigação, política e prática educativa. Em causa estão a natureza, os modos de produção, circulação e mobilização do conhecimento da e na educação, num contexto marcado por dinâmicas de mudança acelerada, exigências de intervenção e disputas em torno da legitimidade dos diferentes saberes, mas também o lugar da Sociologia no campo educativo.

Com efeito, o tema do Seminário — “A Sociologia na educação: reflexões sobre práticas profissionais” — colocou em cima da mesa discussões sobre práticas e identidades profissionais múltiplas num campo já de si multifacetado e multirreferenciado (Alves & Azevedo, 2010; Amado, 2011): o da educação. Retomou, porém, dilemas e interrogações que atravessam o campo disciplinar da Sociologia como um todo, refletindo-se nas ambiguidades sentidas pelos profissionais na relação entre a sua prática profissional e a sua formação em Sociologia, bem como com os saberes por esta produzidos. Como refere Silva (2025), a afirmação da Sociologia no país baseou-se na consolidação de uma cultura e linguagem científicas próprias, válidas por si sós e demarcadas de outras lógicas, como a ideológica ou a de intervenção. Tal não significa que a investigação sociológica não se cruze com a ação política ou as práticas profissionais. Antes pelo contrário: desde que salvaguardando a sua autonomia — os seus princípios éticos, protocolos epistemológicos e instrumentos metodológicos (Abrantes & Mendes, 2010) —, a Sociologia não se tornará “inelutavelmente instrumental” (Silva, 2017, p. 785).

Em educação, os complexos e imbricados laços entre academia e contextos políticos e profissionais, bem como o papel e valor da Sociologia face a outros contributos disciplinares e profissionais, colocam-se com particular premência, sobretudo porque se trata de um campo onde a “disputa” entre vários saberes disciplinares que dele se ocupa é muito ativa.

É sabido que os sociólogos portugueses têm contribuído a diversos níveis para a regulação e mudança do sistema educativo, quer assumindo cargos políticos de relevo (Abrantes, 2017), quer nas suas relações com professores, escolas e, mais recentemente, atores locais (Sebastião et al., 2019). Todavia, permanece presente a sensação, realçada novamente neste seminário, de que o pensamento e prática dos sociólogos da educação são frequentemente imperscrutáveis ou dificilmente mobilizáveis (Abrantes, 2017) nos contextos políticos e profissionais, ainda que a expectativa de que a Sociologia (da educação) produza conhecimentos e saberes úteis à política e à prática exista. Mesmo na academia, a hibridez de formação e prática torna complexa a identidade profissional e o lugar que cada um ocupa (Afonso, 2025). A discussão sobre as funções da Sociologia é, pois, um debate em permanente renovação. Acresce que o campo da educação é continuamente atravessado por dinâmicas

de mudança, que o desafiam permanentemente a reinventar-se e a procurar novas soluções, como são exemplo as orientações legislativas (como o Decreto-Lei nº 54/2018, 2018), as tensões profissionais (falta de professores, conflitualidade laboral) ou as alterações nos fluxos migratórios que contribuem para a maior heterogeneidade do público escolar. Embora se critique a inércia e rigidez das suas estruturas, o apelo à metamorfose da educação (Nóvoa & Alvim, 2020) é frequentemente ancorado na necessidade de um debate e consenso em torno do bem público educativo (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO], 2022) e também de desenhar propostas com base nos resultados da investigação científica (Organisation for Economic Co-operation and Development [OCDE], 2022).

Este cenário impõe vários questionamentos em torno das complexas (inter)relações entre investigação, política e prática educativa, bem como o modo de produção, circulação e uso do conhecimento no cruzamento desses contextos. Longe de uma relação linear, estes cruzamentos são marcados por encontros produtivos, mas também por desencontros persistentes, resultantes de lógicas institucionais, tempos de ação e regimes de legitimidade distintos. Um dos mais evidentes prende-se com o descompasso entre uma prática reflexiva, que exige conhecimento aprofundado da realidade social e educativa, e a urgência que caracteriza a intervenção política e profissional, frequentemente orientada por horizontes temporais mais curtos.

Importa, contudo, reconhecer que são diversas as formas pelas quais o conhecimento científico se cruza com a política e a prática educativas. Esse cruzamento pode assumir funções distintas: informar decisões, promover a reflexão, participar no debate público, integrar a ação pública em educação, capacitar atores, produzir instrumentos de regulação das práticas ou mediar relações entre atores em presença. Para além do conhecimento científico produzido, a utilidade pública da Sociologia também derivará da forma específica como esse conhecimento é construído (Silva, 2017) — reflexivo, crítico e atento aos contextos sociais.

Por outro lado, são igualmente diversas as formas como os profissionais em contexto participam na produção e uso de conhecimento. Uma visão restrita e linear tende a limitar o conhecimento sob forma de receitas ou resultados diretamente aplicáveis, concebidos como meios para aumentar a eficácia da intervenção política ou profissional. Outras perspetivas, porém, sublinham que as decisões práticas e políticas emergem de contextos situacionais específicos (Teodoro, 2020), atravessados por múltiplos fatores, movimentos e saberes — incluindo conhecimentos produzidos na e pela própria prática educativa — que não se reduzem ao conhecimento científico formal.

Afinal, qual é a natureza e a origem do conhecimento produzido sobre e na educação? Como circula? E o que é ser sociólogo/a da educação ou o que é fazer sociologia da/na educação? Qual o contributo — singular? — que tem nos diferentes contextos profissionais?

Reconhecendo que não existe “uma conceção universal ou uma única prática legítima para fazer (ou acontecer) sociologia” (Afonso, 2025, p. 224), este Número Especial foi pensado como um espaço de encontro e diálogo entre sociólogos que trabalham em contextos distintos, ocupando posições diversas no campo educativo. Os contributos reunidos evidenciam, pois, a pluralidade de formas de produzir, usar e mediar conhecimento sobre e na educação, bem como as tensões, ambiguidades e potencialidades que atravessam as relações entre investigação, política e prática.

O número é composto por um conjunto de cinco artigos decorrentes da chamada lançada pela secção e por quatro testemunhos de profissionais em contextos educativos, elaborados pelos participantes da mesa-redonda a que aludimos no início deste texto.

O artigo que assinamos intitula-se “O (não) lugar da Sociologia da Educação na produção científica em torno das políticas e práticas baseadas em evidência”. Debruçamo-nos sobre a produção científica em educação dos últimos dez anos e, através de uma *scoping review*, mapeamos e analisamos criticamente a literatura sobre políticas e práticas educativas baseadas em evidência, interrogando em particular o contributo (e o relativo silêncio) da sociologia da educação neste campo. O *corpus* de análise, composto por 619 artigos, revela o peso da educação inclusiva e das revisões de literatura orientadas para informar decisões de política e de intervenção, ao mesmo tempo que torna visível o predomínio de uma compreensão instrumental da “evidência”, o que aponta para um domínio das visões tecnocráticas da educação. Numa segunda etapa, e a partir de um subcorpus de 180 referências que convocam perspetivas mais críticas, o artigo identifica lógicas de problematização e propõe pistas para uma agenda sociológica capaz de reconfigurar este debate, promovendo reflexividade e inscrevendo a evidência em projetos educativos comprometidos com a equidade e a justiça social, elementos seminais da sociologia da educação.

Da autoria de David Beirante, o artigo intitulado “Abrir uma brecha nas políticas públicas padronizadas: notas sobre a intervenção do conhecimento sociológico na inclusão educativa”, propõe uma leitura sociologicamente informada acerca de desenvolvimentos normativos relacionados com a educação inclusiva e o seu impacto nos quotidianos escolares. O autor reflete, justamente, acerca da tensão visível entre padronização e individualização, quer nas políticas educativas mais

recentes, quer na experiência escolar, num sistema educativo atravessado pela difícil articulação do mandato democrático com o meritocrático — ainda dominante em muitos contextos. A partir da participação num projeto de formação em educação inclusiva bem como de dados recolhidos no âmbito de um projeto de investigação em curso, o autor sublinha como a tentativa de fixar um perfil de aluno (ideal), no quadro do desenho institucional dos percursos escolares essencialmente padronizados — quando não segregados, concretizados em contextos de desigualdades sociais profundas —, colide em parte com o princípio de liberdade e autodeterminação individual, podendo daqui resultar, na sua perspetiva, o empobrecimento da experiência escolar dos alunos.

No artigo “Professores: distâncias e proximidades nos processos de construção e mobilização do conhecimento (profissional)”, de Joana Campos, perscruta-se precisamente qual é a relação dos professores com o conhecimento, entendido de forma ampla, ou seja, mensurado a partir da participação em ações de formação, em projetos, da consulta e autoria de publicações e na procura de apoio para resolução de problemas profissionais entre pares e outros. Através da análise de um inquérito desenvolvido em 2019/2020, junto de professores portugueses, que procurou captar a adesão, a frequência e o significado de tais práticas, a autora identificou posicionamentos diferenciados. Longe de serem práticas transversais, verificam-se diferentes perfis, de maior ou menor proximidade com o conhecimento técnico e científico, servindo este, aliás, como um mecanismo de diferenciação interna para o grupo profissional dos professores.

Carina Coelho e Pedro Duarte são autores do artigo intitulado “A Sociologia da Educação na formação de professores: contributos para a reflexão a partir da análise de planos de estudo dos cursos de Educação Básica”. Tendo como premissa a ideia de que “toda a ação transformadora passa necessariamente pela formação de intelectuais públicos comprometidos politicamente com um projeto educativo” e de que a Sociologia desempenha um papel crítico nessa formação, os autores debruçam-se sobre o lugar que hoje ocupa a Sociologia da Educação na formação inicial de professores, em particular nas Licenciaturas em Educação Básica, em cujo currículo a componente de formação educacional geral (onde se incluem as ciências sociais como a Sociologia) foi substancialmente reduzida pelo Decreto-Lei n.º 79/2014, nunca tendo recuperado o seu peso em posteriores alterações legislativas. Corroborando os argumentos apresentados no primeiro artigo deste número, os autores constatarem a partir da análise dos planos de estudos das Licenciaturas o reduzido papel da sociologia da educação na formação inicial de professores, e o reforço das áreas técnicas de formação, em linha com a prevalência de abordagens tecnocráticas ao fenómeno educativo, também visível na produção de conhecimento no campo.

O artigo da autoria de Josivânia Ribeiro e Susana Batista centra-se sobre a relação que os centros de produção de conhecimento, como são as instituições de ensino superior, estabelecem com os territórios onde se inserem, as chamadas “comunidades”, por via das políticas de extensão universitária — um eixo fundamental do seu mandato, tomando como exemplo o caso do Brasil. Com o título “Extensão curricularizada: Co-construção do conhecimento e a formação cidadã na relação entre universidade e sociedade”, as autoras refletem sobre um domínio menos explorado da extensão universitária, ou seja, quando esta faz parte do currículo dos estudantes universitários, oferecendo(-lhes) oportunidades diferenciadas de produção e aplicação de conhecimento. As autoras argumentam que tais políticas não só consubstanciam processos de transferência, com base em processos dialógicos de co-construção, como também criam espaços de desenvolvimento de competências individuais e sociais relevantes, nomeadamente no domínio da formação cidadã.

No que diz respeito aos testemunhos, são apresentados quatro casos: *i*) os serviços centrais do Ministério da Educação, na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (testemunho elaborado por Patrícia Pereira); *ii*) o contexto autárquico e seu papel no planeamento da educação (testemunho elaborado por Manuel Galego), *iii*) um contexto de educação não formal local, no caso a Rota do Guadiana-Associação de Desenvolvimento Integrado (testemunho elaborado por Filomena Machado) e *iv*) a reeducação em contexto prisional (testemunho elaborado por Cláudia Resende).

Nestes textos, registos pessoais e na primeira pessoa, os autores foram convidados a refletir sobre um conjunto de eixos e pistas de reflexão que, para além de fornecerem os elementos necessários ao mapeamento de percursos singulares de formação e desenvolvimento de percursos profissionais, procuram cobrir dimensões e dilemas da práxis profissional enquanto sociólogos que atuam em contextos tão distintos. Assim, nos testemunhos equaciona-se a identidade profissional enquanto sociólogos/as, identificam-se os principais contributos da formação em sociologia para o exercício da atividade profissional, indaga-se acerca da relação com os profissionais com outras formações e com o conhecimento científico e debates académicos nas respetivas áreas de atuação, finalizando com as reflexões sobre o futuro dos sociólogos em contextos educativos.

Esperamos, assim, que este número reafirme a escola e a educação como um campo relevante para a Sociologia (Dionísio et al., 2018), contribuindo para aprofundar os seus princípios reflexivos num campo complexo e plural.

## Nota

Por decisão pessoal, as autoras do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

## Referências

- Abrantes, P., & Mendes, H. (2010). A sociologia da educação hoje. Oportunidades e desafios. In P. Abrantes, (Ed.), *Tendências e Controvérsias em Sociologia da Educação* (pp. 207-224). Mundos Sociais.
- Abrantes, P. (2017). 30 anos de sociologia da educação em Portugal. *Jornal de Sociologia da Educação*, (0), 1-3.  
<https://journalsocedu.files.wordpress.com/2017/05/30-anos-de-sociologia-da-educacao3a7c3a3o-em-portugal.pdf>
- Afonso, A. (2025). Considerações avulsas de um sociólogo da educação pericanónico. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, LI, 219-23.  
<https://doi.org/10.21747/08723419/soc51a10>
- Alves, M. G., & Azevedo, N. (2010). Introdução – (re)pensando a investigação em educação. Em M. G. Alves e N. R. Neves (Eds.), *Investigar em educação. Desafios da construção de conhecimento e da formação de investigadores num campo multi-referenciado*. Várzea da Rainha Impressores.
- Amado, J. (2011). Ciências da Educação – que estatuto epistemológico? *Revista portuguesa de pedagogia*, 45-55. [https://doi.org/10.14195/1647-8614\\_Extra-2011\\_4](https://doi.org/10.14195/1647-8614_Extra-2011_4)
- APS, Associação Portuguesa de Sociologia (2024, 29 de janeiro). *Seminário ST Educação APS 29 janeiro 2024* [Vídeo]. YouTube.  
<https://youtu.be/QIHwA3WEed-s?si=qzKW1zvsZk3Hp53->
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. (2018). Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 129.  
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>
- Dionísio, B., Torres, L. L., & Alves, M. G. (2018). A sociologia da educação em Portugal: Perspetivas de futuro. *Fórum Sociológico*, 32. <https://doi.org/10.4000/sociologico.2098>
- Nóvoa, A., & Alvim, Y. (2020). Nothing is new, but everything has changed: A viewpoint on the future school. *Prospects*, 49, 35-41. <https://doi.org/10.1007/s11125-020-09487-w>
- Organisation for Economic Co-operation and Development (2022). *Who cares about using education research in policy and practice?: Strengthening research engagement, educational research and innovation*. <https://doi.org/10.1787/d7ff793d-en>
- Ramos, M., Capucha, L., & Tavares, I. (2018). *Quem são e o que fazem os sociólogos em Portugal*. Mundos Sociais.
- Sebastião, J., Capucha, L., Martins, S., & Capucha, A. R. (2019). Sociologia da Educação e construção de políticas educativas: da teoria à prática. *Revista de Sociología de Educación (RASE)*, 13(1), 7-19. <http://dx.doi.org/10.7203/RASE.13.1.16225>

- Silva, A. S. (2017). Sociologia e política pública: sobre avanços recentes em Portugal. *Análise Social*, 225, LII (4<sup>o</sup>), 782-803.
- Silva, A. S. (2025). Exortação à guerra (pela sociologia portuguesa). *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 49, 105-120.  
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/14740>
- Teodoro, A. (2020). *Contesting the global development of sustainable and inclusive education. Education Reform and the Challenges of neoliberal globalization*. Routledge.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2022). *Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*.